



Jatene pediu ontem a Sarney que dê urgência à tramitação da emenda que cria contribuição fiscal para cobrir déficit da Saúde

Jatene ganha apoio do relator e luta para apressar imposto-saúde

O ministro da Saúde, Adib Jatene, obteve ontem uma vitória no Congresso em sua luta para criar um imposto similar ao Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira, vinculado ao setor. No parecer entregue à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) rejeitou a proposta de emenda do senador Vilson Kleinubing (PFL-SC), que ressuscita o imposto para amortização da dívida interna. Ele acatou a emenda do senador Antônio Carlos Valadares (PP-SE), instituindo a Contribuição sobre Movimentação Financeira (CMF) vinculada à Saúde. Ontem o ministro retomou a articulação para que a CMF possa vigorar a partir de janeiro.

Acompanhado de Jatene, Alcântara esteve com o presidente

Fernando Henrique Cardoso e obteve o compromisso de que o Governo vai trabalhar pela aprovação da emenda. Munido de dados, o senador argumentou: "O País gasta muito pouco com a Saúde; o remédio é amargo porque ninguém gosta de criar imposto, mas não tem outro jeito". Fernando Henrique teria garantido, segundo Alcântara, que a emenda Valadares passa a ser uma emenda do Governo. "A situação é muito difícil e nós já estamos dando o que podemos, mas não tem outra forma, ainda que em caráter provisório", ponderou o Presidente.

No Congresso há resistências à criação de uma nova contribuição e isso preocupa o ministro Jatene. Depois de receber do senador Alcântara o parecer, ontem à tarde, o

ministro tratou de recomeçar seu trabalho pela aprovação da emenda. Ligou para o senador Valadares e marcou uma visita ao presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), para pedir urgência na tramitação da matéria. A articulação passou também pelo gabinete do senador Íris Rezende (PMDB-GO), presidente da CCJ, para que a emenda seja votada na próxima reunião, na quarta-feira. A intenção é que no dia seguinte a emenda vá ao plenário.

Parecer — O relator manteve o prazo de dois anos para a vigência da CMF. Mas o tempo de vida da contribuição começa a contar apenas depois que o Congresso aprovar a lei ordinária que regulará a cobrança. A alíquota de contribuição será de 0,25% sobre as operações

financeiras, como no antigo IPMF, e o Governo poderá diminuí-la e restabelecê-la, dentro deste limite. A expectativa é que, se aprovada, a arrecadação da CMF seja de R\$ 5 bilhões/ano, destinados integralmente ao Fundo Nacional de Saúde. Este valor seria insuficiente para cobrir os gastos com saúde previstos no orçamento deste ano, de R\$ 13,9 bilhões.

O relatório, de 10 páginas, mostra como o senador usou números e dados alarmantes da Saúde para defender a proposta Jatene. Segundo ele, o Brasil gasta apenas 2,5% do seu PIB com Saúde, enquanto outros países com renda per capita semelhante à brasileira investem no setor entre 4% e 8% do PIB. Nos países desenvolvidos, este índice chega a 12%.

Ministro aposta em acerto com Congresso

O ministro da Saúde, Adib Jatene, não admite falar numa possível derrota, no Congresso Nacional, na votação da emenda que prevê a criação de uma contribuição social para tirar a saúde pública do Brasil da crise. Jatene acha que é possível algum tipo de entendimento em torno da proposta do Governo, que cria a Contribuição sobre Movimentações financeiras (CMF) já que existe uma constatação pública dos problemas.

A CMF que o Governo pretende criar para custear os gastos com saúde será provisória, com duração de dois anos. A nova versão do Imposto sobre Movimenta-

ções Financeiras (IPMF), agora na forma de contribuição social, foi uma iniciativa do ministro Adib Jatene depois de constatar que o Governo não tem dinheiro para salvar os doentes. "Os recursos arrecadados são insuficientes para atender as responsabilidades que o Governo assumiu", disse o ministro.

O ministro diz que nas contas da Saúde há R\$ 6 bilhões de crédito orçamentário para pagar assistência médica. O imposto sobre os cheques é para cobrir os R\$ 6 bilhões que estão faltando. O ministro alega que o Sistema Único de Saúde (SUS) corre risco de ser inviabilizado por falta de recursos para custear as despesas. "Sem

dinheiro é impossível reajustar os hospitais e ambulatorios convenientes ao sistema", afirma.

Alerta — O SUS vai se tornar inviável se nada for feito, alertou o ministro. Hoje, mais de duas mil santas casas estão com dívidas nos bancos porque não têm como saldar seus compromissos, disse. A assistência de saúde pública executada através das santas casas tem o apoio financeiro do SUS. Aos que contestam os números sobre o déficit do setor de saúde pública no Brasil, o ministro recomenda estudar melhor o assunto.

"Estou demonstrando que os recursos hoje são menores que os

de 1994. No ano passado, para custeio e investimentos foram gastos R\$ 8 bilhões, excluindo pessoal e dívidas. Este ano, para as mesmas despesas, temos menos de R\$ 7,5 bilhões". Na análise do ministro, esta redução em valor absoluto, considerando uma inflação de 30% no período, é da ordem de R\$ 3,2 bilhões. Isso é o que falta no orçamento para chegar aos valores do ano passado. Segundo Jatene, em 1994 os gastos do ministério atingiram R\$ 10,5 bilhões e, para este ano, a estimativa é superior a R\$ 13 bilhões. Ele disse que o Governo não tem como socorrer emergencialmente o setor sem precisar recorrer à CMF.